Global Participações em Energia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Tancredo Neves, 620 -
30º andar - Edifício Mundo Plaza
41820-020 - Salvador - BA
Brasil

Tel.: + 55 (71) 2103-9400
Fax: + 55 (71) 2103-9440
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Global Participações em Energia S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Global Participações em Energia S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada de período de reporte se há alguma indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização. Em havendo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia Energética Potiguar, controlada da Companhia, possui ativos registrados no imobilizado no montante de R$12.116 mil (R$11.223 mil em 2017), com possível indicação de desvalorização. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da revisão do cálculo do arrendamento mercantil em empresa controlada, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

2019-SSA-0043 VF PA.docx

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2017 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	3	5	17.324	9.966	32.159
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	-	13.558	19.131	5.345
Contas a receber	7	-	-	-	148.967	95.948	123.674
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	-	51.082	50.527	31.794
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	1.909	15.459	3.903
Impostos a recuperar	8	283	98	87	9.054	7.820	8.094
Estoques	9	-	-	-	85.888	65.537	64.953
Partes relacionadas	17	-	-	2	-	3	7
Dividendos e juros sobre capital próprio		30.680	7.865	-	-	-	-
Outras contas a receber	12	714	908	19	18.132	16.833	19.918
Total dos ativos circulantes		31.680	8.874	113	345.914	281.224	289.847
NÃO CIRCULANTES							
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	-	46.805	48.043	53.441
Contas a receber	7	-	-	-	-	16.552	-
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	-	233.756	261.463	287.375
Impostos a recuperar	8	-	-	-	5.480	6.455	10.922
Impostos diferidos	11	-	-	-	40.298	44.514	10.738
Depósitos judiciais		-	-	-	5.160	1.291	1.536
Partes relacionadas	17	8.020	8.020	8.024	40.099	40.528	41.526
Outras contas a receber	12	5.553	6.816	2.500	2.757	2.790	6.784
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	44	17.284	-	-	-	-
Investimentos	13	559.809	475.746	406.594	-	-	-
Imobilizado	14	-	-	-	785.370	826.335	868.193
Intangível	15	-	-	-	11.063	11.354	11.272
Total dos ativos não circulantes		573.426	507.866	417.118	1.170.788	1.259.325	1.291.787
TOTAL DOS ATIVOS		605.106	516.740	417.231	1.516.702	1.540.549	1.581.634

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2017 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTES							
Fornecedores	16	-	153	272	74.038	47.112	38.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	-	121.975	150.027	174.210
Partes relacionadas	17	197	197	181	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	3.258	3.087	2.828
Obrigações tributárias	19	704	14	18	15.188	14.333	13.178
Impostos diferidos	11	-	-	-	1.197	1.470	1.382
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	35.294	19.490	966	48.987	18.180	3.138
Provisão para patrimonio líquido negativo de controlada	13	-	665	12	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-	12.136	20.128	32.276
Total dos passivos circulantes		36.195	20.519	1.449	276.779	254.337	265.950
NÃO CIRCULANTES							
Fornecedores	16	-	-	-	55	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	-	401.723	523.844	662.108
Partes relacionadas	17	-	2.528	1.641	26.734	35.646	41.867
Impostos diferidos	11	-	-	-	26.228	27.008	28.081
Obrigações tributárias	19	-	-	22	-	1.580	5.029
Provisão para risco trabalhista	20	-	-	-	405	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	1.604	-	-	1.604	2.061	-
Outras contas a pagar		-	10	-	21.752	19.841	6.984
Total dos passivos não circulantes		1.604	2.538	1.663	478.501	609.980	744.069
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	21	212.528	210.000	210.000	212.528	210.000	210.000
Reservas de legal		25.084	20.422	-	25.084	-	-
Reservas de lucros retidos		329.695	263.261	204.119	326.536	281.510	198.734
Total do patrimônio líquido	4	567.307	493.683	414.119	564.148	491.510	408.734
Participação de acionistas não controladores	4	-	-	-	197.274	184.722	162.881
Total do patrimônio líquido	4	567.307	493.683	414.119	761.422	676.232	571.615
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		605.106	516.740	417.231	1.516.702	1.540.549	1.581.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	609.184	756.785
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	-	-	(414.124)	(536.816)
LUCRO BRUTO		-	-	195.060	219.969
Resultado de equivalência patrimonial	24	96.522	114.650	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	24	(1.076)	(629)	(31.892)	(54.418)
Honorários dos Administradores	24	-	-	(5.044)	(4.838)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	-	(4.889)	660	(1.367)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		95.446	109.132	158.784	159.346
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	56	28	48.845	42.212
Despesas financeiras	25	(447)	(27)	(58.572)	(86.423)
Variação cambial líquida	25	-	-	12	(443)
Total		(421)	1	(9.715)	(44.654)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		95.025	109.133	149.069	114.692
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22	(815)	-	(37.349)	(30.680)
Diferidos	22	(969)	5.379	(4.832)	46.315
Incentivo fiscal	22	-	-	25.173	18.564
Total		(1.784)	5.379	(17.008)	34.199
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		93.241	114.512	132.061	148.891
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES BÁSICO E DILUÍDO - R$		4,09	5,02		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				92.255	118.468
Acionistas não controladores				39.806	30.423
				132.061	148.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	93.241	114.512	132.061	148.891
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	93.241	114.512	132.061	148.891
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			92.255	118.468
Acionistas não controladores			39.806	30.423
			132.061	148.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

			Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE APRESENTADO)		210.000	15.178	96.315	64.449	-	385.942
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	28.177	-	-	28.177
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		210.000	15.178	124.492	64.449	-	414.119
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	114.512	114.512
Ganho de participação societária		-	-	-	-	3.987	3.987
Efeito de incorporação de controlada		-	-	5	-	(11.743)	(11.738)
Destinação do lucro:							-
Complemento de reserva legal	21	-	5.726	-	-	(5.726)	-
Complemento de reserva de lucros retidos	21	-	-	73.833	-	(73.833)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (R$ 1,19 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	(27.197)	(27.197)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		210.000	20.904	198.330	64.449	-	493.683
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	93.241	93.241
Aumento de capital	21	2.528	-	-	-	-	2.528
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	21	-	4.662	-	-	(4.662)	-
Complemento de reserva de lucros retidos	21	-	-	66.434	-	(66.434)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (R$ 0,97 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	(22.145)	(22.145)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		212.528	25.566	264.764	64.449	-	567.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

			Reservas de lucros						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE APRESENTADO)		210.000	15.271	77.543	77.743	-	380.557	134.704	515.261
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	28.177	-	-	28.177	28.177	56.354
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		210.000	15.271	105.720	77.743	-	408.734	162.881	571.615
Efeito de incorporação de controlada		-	-	-	-	(11.743)	(11.743)	11.743	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	118.468	118.468	30.423	148.891
Destinação do lucro:									
Complemento de reserva legal	21	-	5.726	-	-	(5.726)	-	-	-
Complemento de reserva de lucros retidos	21	-	-	90.344	10.655	(100.999)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R$1,94 por lote de mil ações)	21	-	-	-	(23.949)	-	(23.949)	(20.325)	(44.274)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		210.000	20.997	196.064	64.449	-	491.510	184.722	676.232
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	92.255	92.255	39.806	132.061
Aumento de capital	21	2.528	-	-	-	-	2.528		2.528
Destinação do lucro:									
Complemento de reserva legal	21	-	4.569	-	-	(4.569)	-	-	-
Complemento de reserva de lucros retidos	21	-	-	65.541	-	(65.541)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R$2,16 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	(22.145)	(22.145)	(27.254)	(49.399)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		212.528	25.566	261.605	64.449	-	564.148	197.274	761.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2018	Controladora 2017 (Reapresentado)	Consolidado 2018	Consolidado 2017 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		93.241	114.512	132.061	148.891
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	-	-	44.034	43.447
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	1.215	3.679
Variação cambial líquida	25	-	-	(12)	443
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	18 e 25	-	-	51.148	73.522
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	18 e 25	-	-	3.350	2.167
Rendimento de depósitos bancários vinculados	25	-	-	(4.619)	(7.560)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	25	-	-	(649)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	969	-	4.832	(46.315)
Encargos sobre mútuos	17 e 25	-	-	402	2.256
Juros e multas a faturar		-	-	(17.110)	(8.059)
Provisão para risco trabalhista		-	-	405	-
Reversão do ajuste a valor presente	10 e 25	-	-	(23.374)	(24.615)
Resultado da equivalência patrimonial	13 e 24	(96.522)	(114.650)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(19.357)	19.233
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	51.175	31.794
Adiantamentos a fornecedores		-	-	13.550	(11.556)
Estoques		-	-	(20.351)	(584)
Impostos a recuperar		(185)	(11)	(64.177)	(69.134)
Despesas antecipadas e outros		488	(1.512)	(1.266)	7.079
Depósitos judiciais		-	-	(3.869)	245
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		(22.815)	61.633	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(153)	(119)	26.993	7.731
Impostos a recolher		690	(26)	67.576	86.718
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.052)	(3.583)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	171	259
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	(38.045)	(57.017)
Outras contas a pagar		(10)	9	(6.081)	709
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(24.297)	59.836	191.950	199.750
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(3.993)	(5.350)
Depósitos bancários vinculados		-	-	11.430	(828)
Adiantamento para futuro aumento de capital		16.316	-	(457)	2.061
Aumento de capital social	21	2.528	-	2.528	-
Ganho na participação societária		11.794	(34.790)	-	-
Dividendos recebidos		-	(17.284)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		30.638	(52.074)	9.508	(4.117)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	16.000	126.336
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(182.443)	(305.994)
Custo de captação adicionado	18	-	-	(183)	(1.461)
Dividendos pagos	21	(6.341)	(8.673)	(18.592)	(29.232)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	909	(8.882)	(7.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.341)	(7.764)	(194.100)	(217.826)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	(2)	7.358	(22.193)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3	5	9.966	32.159
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3	3	17.324	9.966
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	(2)	7.358	(22.193)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Global Participações em Energia S.A. ("Companhia" ou "GPE") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.701.564/0001-09, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2018:

- Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.

- A Companhia Energética Candeias ("Companhia" ou "CEC") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrente do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Entrou em operação comercial em maio de 2010. A CEC até abril de 2017 controlava integralmente a Candeias Energia S.A. ("CESA"), em 6 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. ("CESA") pela Companhia Energética Candeias, na data-base 31 de maio de 2017.

- Companhia Energética Potiguar ("CEP"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas ("UTE") Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.

- São Francisco Energia S.A. ("São Francisco"), sociedade por ações de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em São Francisco do Conde - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

- Camaçari RJ Participações S.A. ("Camaçari RJ"), sociedade por ações de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2018:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade por ações de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), com sede em Manaus – Amazonas. A CEM é uma unidade termoelétrica ("UTE") com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 KW), nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006. Toda energia gerada é integralmente transferida para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), anteriormente denominada como Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME"), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S.A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo esse prazo a usina será revertida ao patrimônio da "Amazonas GT" sem qualquer indenização devida.

  Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da planta e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e à interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

- Água Limpa Energia S.A. ("AGL"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (PCH) no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.

- Areia Energia S A. ("ARE"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins é uma pequena central hidrelétrica PCH (11,4 MW) no Rio Palmeiras, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia são de 9 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. Ao final desses prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCHs possuem contrato no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia ("PROINFA"), que tem como objeto a venda da energia contratada as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), às quais se submetem as partes.

Mecanismo de realocação de energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203, que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico ("SP100") ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor.

Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética das mesmas e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado.

Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobras será compensado com o valor do prêmio devido pelas Controladas, finalizando a compensação no ano de 2020.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2018 na data-base 31 de dezembro de 2018 é de R$2.291 para ARE e R$3.043 para a AGL (R$1.567 em 2017 para ARE e R$962 em 2017 para AGL). As Controladas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2019.

No exercício de 2018, foram reconhecidos nos resultados das Controladas o montante de R$1.116 (R$900 em 2017) para a ARE e R$1.220 (R$1.208 em 2017) para a AGL, referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2016 e à provisão do custo do MRE de 2018 e 2017 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas com grande regularidade ao longo dos anos 2018 e 2017. Com isso, as Companhias obtiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, receita bruta de geração variável de R$33.673 (CEP) e R$256.195 (CEC), (2017, R$33.869 da CEP e R$315.298 da CEC), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R$58.033 (CEP) e R$229.270 (CEC), (2017, R$56.233 da CEP e R$130.239 CEC).

Incorporação da CEP Participações S.A.

Em 28 de abril de 2017, foi aprovada a incorporação da CEP Participações S.A. ("CEPP") pela Companhia Energética Potiguar ("CEP"), na data-base 30 de abril de 2017. Considerando que a CEPP detinha 20% do capital social da CEP, a incorporação foi realizada com aumento do capital social da Companhia. A incorporação foi uma reorganização societária em que houve alteração acionária com a absorção dos sócios da incorporada pela incorporadora, mantendo-se a mesma estrutura de controle da Companhia sucessora. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas Companhias, já que a criação da CEPP se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CEPP pela CEP, só se tornou viável a partir da formalização da anuência de seu agente financeiro, Banco do Nordeste ("BNB"), sendo uma condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que considerou assegurado "equity" originalmente requerido, entre outras condicionantes.

A incorporação da CEPP pela CEP teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades faziam parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS	
CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes	6
Outras contas a receber	39
Total dos ativos circulantes	45
NÃO CIRCULANTES	
Outras contas a receber	6.777
Intangível (*)	7.055
Total dos não ativos circulantes	13.832
Total dos ativos	13.877
PASSIVOS	
NÃO CIRCULANTES	
Partes relacionadas	23.484
Outras contas a pagar	9.679
Total dos passivos não circulantes	33.163
Acervo líquido incorporado	(19.286)

(*) Ágio pago pela CEP Participações S.A. na compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

Incorporação da Candeias Energia S.A.

Em 6 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. ("CESA") pela Companhia Energética Candeias, na data-base 31 de maio de 2017. Considerando que a Companhia detinha a totalidade do capital social da Candeias Energia S.A., a incorporação foi realizada sem aumento do capital social da Companhia. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas empresas no futuro, já que a criação da CEC se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CESA pela CEC, só se tornou viável a partir da formalização da anuência de seus agentes financeiros, BNB e SUDENE, condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que consideraram assegurado "equity" originalmente requerido, dentre outras condicionantes.

A incorporação da CESA pela CEC teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades faziam parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS	
CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes	75
Aplicação financeira	18.235
Contas a receber	30.181
Estoque	31.353
Outros ativos	19.078
Total dos ativos circulantes	98.922
NÃO CIRCULANTES	
Depósito bancário vinculado	27.645
Imobilizado	571.614
Investimento	(258.834)
Outros ativos	33.172
Total dos ativos não circulantes	373.597
Total dos ativos	472.519
PASSIVOS	
CIRCULANTES	
Fornecedores	15.115
Empréstimos	81.853
Outros passivos	12.266
Total dos passivos circulantes	109.234
NÃO CIRCULANTES	
Empréstimos	328.517
Tributos diferidos	2.115
Outros passivos	9.406
Total dos passivos não circulantes	340.038
Acervo líquido incorporado	(23.248)

A GPE era detentora de 88,334% do capital social da CEC e 11,666% do capital social pertencem aos acionistas pessoas físicas.

A incorporação não implicou em alteração de controle indireto e nem mesmo ingresso de novos acionistas. A CEC obteve todas as autorizações e anuências necessárias para a incorporação pretendida.

Na data-base 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Candeias Participações S.A. e Candeias Energia S.A., cuja participação percentual na data do balanço é de 100%.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão, emissão e divulgaçãodestas demonstrações financeiras em 29 de março de 2019, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil a receber

Acordo pelo qual a proprietária do ativo (arrendadora) cede a terceiro (arrendatária) o uso desse ativo por prazo determinado (equivalente a vida útil econômica), transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes ao uso do bem arrendado, recebendo por isso uma contraprestação suficiente para recuperar nesse prazo o custo do ativo e o retorno dos recursos investidos, bem como as despesas com operação e manutenção do bem.

Ao iniciar um contrato é preciso determinar se expressa um arrendamento. Um ativo específico é objeto de arrendamento quando o cumprimento do contrato depende da utilização daquele ativo especificado, caso em que o contrato transfere ao arrendatário o direito de controlar a utilização do ativo.

O parque gerador da controlada CEM está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a "Amazonas GT" e ao final do contrato seus bens e instalações passarão a integrar o patrimônio da contratante sem ônus adicional. O contrato, dentre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes, configurou-se o arrendamento mercantil financeiro.

Na contabilização inicial do contrato, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento e, nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas do contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGP-M") sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia e suas controladas, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15 e ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas indiretas CEM, CEP e CEC, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Incentivos fiscais Regionais SUDAM/SUDENE – as controladas indiretas CEM, CEP e CEC gozam de benefício fiscal para investimento nas regiões Amazônica e Nordeste para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 2017 a 2026 na CEM, com vigência para o período de 2016 a 2025 na CEP e vigência para o período de 2016 a 2025 na CEC. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

As controladas indiretas CEM, CEP e CEC fazem uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91 destinando até 4% do imposto devido para este fim, realiza também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180, de 2007, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas indiretas AGL e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis às demais, com exceção do benefício fiscal regional e Projetos incentivados. No exercício de 2016 as controladas indiretas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM, CEP e CEC é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e foi reconhecido até 2015 nas controladas indiretas AGL e ARE, pois, na tributação do lucro presumido, o mesmo não é aplicável. O reconhecimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

No exercício corrente, a Companhia adotou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas para abordar cenários específicos.

A adoção do CPC 47 não teve um efeito relevante sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA para as controladas indiretas AGL e ARE.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia celebrados com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião dos leilões de energia nova, realizado para as controladas indiretas CEC e controlada CEP.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Reapresentação dos valores correspondentes

No exercício de 2018, a controlada indireta CEM reavaliou os critérios adotados na mensuração dos saldos do arrendamento mercantil a receber em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, e identificou algumas inconsistências com o estabelecido nesta norma, razão pela qual a Companhia está reapresentando os referidos balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa. Para fins comparativos, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 1º de janeiro de 2017 estão a seguir demonstrados:

Balanço patrimonial

	31/12/2017			01/01/2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Controladora:						
Investimento	440.222	35.524	475.746	378.417	28.177	406.594
Dividendos e juros sobre capital próprio a recebe	5.576	2.289	7.865	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.201	2.289	19.490	966	-	966
Reservas de lucro	248.159	35.524	283.683	175.942	28.177	204.119
Consolidado:						
Arrendamento mercantil a receber	219.040	92.950	311.990	249.904	69.265	319.169
Impostos diferidos	14.303	14.175	28.478	18.899	10.564	29.463
Reservas de lucro	243.698	37.812	281.510	170.557	28.177	198.734
Participação de acionistas não controladores	143.759	40.963	184.722	132.357	30.524	162.881

Demonstração de resultado

	2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Controladora:			
Resultado de equivalência patrimonial	105.015	9.635	114.650
Consolidado:			
Receita operaiconal líquida	742.762	14.023	756.785
Receita financeira	32.549	9.663	42.212
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.927	(3.612)	46.315

Demonstração dos fluxos de caixa

	2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Controladora:			
Lucro líquido do exercício	104.877	9.635	114.512
Resultado de equivalência patrimonial	(105.015)	(9.635)	(114.650)
Consolidado:			
Lucro líquido do exercício	128.817	20.074	148.891
Atualização monetária do contrato de arrendamento	(16.441)	(8.174)	(24.615)
Reversão do ajuste a valor presente	1.489	(1.489)	-
Arrendamento mercantil a receber	45.816	(14.023)	31.793
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.299)	3.612	(4.687)

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia e suas controladas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia e suas controladas aplicaram emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018, conforme descrito a seguir:

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IRFS 9)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
Impactos da adoção	A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos para a Companhia e suas controladas, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39. Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários). Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras não sofreram alterações relevantes com os novos conceitos introduzidos pelo CPC 48.

Norma	CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos para a Companhia e suas controladas em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Norma	CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil (IFRS 16)
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará efeitos relevantes para a Companhia e suas controladas.

A adoção dessas normas e interpretações não teve qualquer impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia e suas controladas esperam ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação					
	2018		2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Holding						
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	80%	-	80%	-	80%	-
CEP Participações S.A.	-	-	-	-	45%	-
Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)						
Água Limpa Energia S.A.	-	56%	-	56%	-	56%
Areia Energia S.A.	-	56%	-	56%	-	56%
Termoelétricas (UTE)						
Companhia Energética Potiguar	89%	-	89%	-	80%	-
Companhia Energética Candeias S.A	88,44%	-	88,44%	-	-	-
Companhia Energética Manauara	-	48%	-	48%	-	48%
São Francisco Energia S.A.	100%	-	100%	-	100%	-
Camaçari RJ Participações S.A.	100%	-	100%	-	-	-
Candeias Energia S.A.	-	-	-	-	-	88,33%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido			Lucro líquido do exercício	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	2018	2017
Controladora	567.307	493.683	414.119	93.241	114.512
Baixa do diferido das controladas	(3.159)	(2.173)	(5.385)	-	-
Outros ajustes	-	-	-	986	3.956
Acionistas controladores	564.148	491.510	408.734	92.255	118.468
Acionistas não controladores	197.274	184.722	162.881	39.806	30.423
Consolidado	761.422	676.232	571.615	132.061	148.891

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Caixa e bancos	3	3	5	21	113	2.511
Aplicações financeiras de alta liquidez	-	-	-	17.303	9.853	29.648
Total	3	3	5	17.324	9.966	32.159

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 62% a 116,44% da remuneração do CDI (96,48% a 111,27% da remuneração do CDI em 2017).

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	43.284	43.570	43.278
Banco da Amazônia S.A. - BASA	12.537	15.668	10.439
Caixa Econômica Federal - CEF	4.542	2.570	4.410
Banco Santander	-	1.597	659
Banco Itaú	-	2.782	-
XP Investimentos	-	987	-
Total	60.363	67.174	58.786
Circulante	13.558	19.131	5.345
Não circulante	46.805	48.043	53.441
Total	60.363	67.174	58.786

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 92,4% a 98% do CDI (95,79% a 98% do CDI em 2017).

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Valores a vencer	47.150	52.553	40.592
Valores a receber (*)	-	683	22.278
Valores a faturar (**)	101.817	59.264	60.804
Total	148.967	112.500	123.674
Circulante	148.967	95.948	123.674
Não circulante	-	16.552	-
Total	148.967	112.500	123.674

(*) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à Controlada CEM em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R$2.680 de principal e de R$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.

(**) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à Controlada CEM, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R$16.979, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
A Vencer	47.150	53.236	62.870
Valores a faturar	101.817	59.264	60.804
Total	148.967	112.500	123.674

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização do mesmo, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
IRPJ	115	-	-	2.697	2.969	2.687
IRRF	158	84	86	4.792	3.766	3.579
CSLL	8	8	-	1.453	2.387	22
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	-	115	106	1.076
PIS sobre faturamento	-	-	-	790	830	59
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	-	527	485	3.967
COFINS sobre faturamento	-	-	-	3.225	3.412	274
ICMS a recuperar	-	-	-	1	1	-
PIS/COFINS/CSLL retido sobre faturamento	-	-	-	-	-	6.759
Outros	2	6	1	934	319	593
Total	283	98	87	14.534	14.275	19.016
Circulante	283	98	87	9.054	7.820	8.094
Não circulante	-	-	-	5.480	6.455	10.922
Total	283	98	87	14.534	14.275	19.016

9. ESTOQUES

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Combustível	28.370	13.964	16.990
Almoxarifado de peças para manutenção	53.859	50.500	46.317
Adiantamento a fornecedor	712	-	-
Outros estoques	2.947	1.073	1.646
Total	85.888	65.537	64.953

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
		(reapresentado)	(reapresentado)
Ano de vencimento			
2017	-	-	31.794
2018	-	50.527	50.527
2019	51.082	51.082	51.082
2020	53.294	53.294	53.294
2021 a 2025	262.352	262.352	262.352
Subtotal	366.728	417.255	449.049
Ajuste ao valor presente	(81.890)	(105.265)	(129.880)
Total	284.838	311.990	319.169
Circulante	51.082	50.527	31.794
Não circulante	233.756	261.463	287.375
Total	284.838	311.990	319.169

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	319.169
Reversão de ajuste a valor presente	24.615
Baixa por realização	(31.794)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	311.990
Reversão de ajuste a valor presente	23.374
Baixa por realização	(50.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Prejuízos fiscais acumulados		121.368	135.557	22.187
Bases negativas acumuladas		123.362	136.382	23.012
Diferenças temporárias:				
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(10.136)	(11.792)	(3.536)
Despesas pré-operacionais		3.848	4.498	5.231
Ativo diferido eliminado na consolidação		2.926	2.441	7.483
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		118.006	130.704	31.365
Total de bases negativas e diferenças temporárias		120.000	131.529	32.190
Imposto de renda	25%	29.500	32.676	7.841
Contribuição social	9%	10.798	11.838	2.897
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		40.298	44.514	10.738

Tributos diferidos passivos

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):			
Imposto de renda e contribuição social	145	(1.334)	(445)
PIS e COFINS diferidos	496	1.470	1.382
Impostos Diferidos reconhecimento CEC	-	-	1.697
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	26.784	28.342	26.829
Total	27.425	28.478	29.463
Circulante	1.197	1.470	1.382
Não circulante	26.228	27.008	28.081
Total	27.425	28.478	29.463

(a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei nº 1.598/77, artigo 10, §3, IN SRF nº 21/79, Lei nº 9.718/1998, artigo 7º, parágrafo único.

(b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06, calculados a alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Eletrobrás - CCC-ISOL	-	-	-	4.874	4.897	3.434
Pesquisa e desenvolvimento	2.758	2.354	2.500	13.835	10.964	13.936
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	2.066	4.097
Adiantamento a funcionários	-	-	-	49	38	-
Despesas antecipadas	-	-	-	2.094	584	-
Créditos tributários PERT (b)	3.509	5.370	-	-	-	-
Wartsilla Filand OY e Brasil (a)	-	-	-	-	-	2.497
Outras contas a receber	-	-	19	37	1.074	2.738
Total	6.267	7.724	2.519	20.889	19.623	26.702
Circulante	714	908	19	18.132	16.833	19.918
Não circulante	5.553	6.816	2.500	2.757	2.790	6.784
Total	6.267	7.724	2.519	20.889	19.623	26.702

A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A Companhia efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobras junto ao fornecedor.

(a) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.

(b) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente a venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no Parcelamento Especial de Regularização Tributária ("PERT"), por parte da controlada.

13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	2018				
	Quantidade de ações	Participação da GPE - %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	11.259.420	80,00	36.591	178.247	33.443
Companhia Energética Candeias	72.916.711	88,44	179.383	372.048	49.918
Companhia Energética Potiguar	37.554.721	89,00	47.102	99.036	28.965
Camaçari RJ Participações S.A.	10.000	100,00	1	21	(155)
São Francisco Energia S.A.	10.000	100,00	32	10	-

	2017				
	Quantidade de ações	Participação da GPE - %	Capital social	Patrimônio líquido (reapresentado)	Lucro (Prejuízo) (reapresentado)
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	11.259.420	80,00	36.591	152.746	13.384
Companhia Energética Candeias	72.916.711	88,44	179.383	331.469	114.278
Companhia Energética Potiguar	30.003.600	89,00	30.004	67.862	4.124
Camaçari RJ Participações S.A.	10.000	100,00	1	(653)	(216)
São Francisco Energia S.A.	10.000	100,00	10	(12)	-

Movimentação dos investimentos em controladas:

	Controladas						
	TEP	CEC	CEP	São Francisco	Camaçari RJ	CEPP	Total
Saldo em 01/01/2017 (reapresentado)	114.045	183.948	107.000	(12)	-	1.613	406.594
Resultado de equivalência patrimonial	10.055	101.068	3.410	-	-	117	114.650
Provisão para perda de investimento	-	-	-	-	(653)	-	(653)
Ganho ou perda de participação societária	-	262	4.035	-	-	(310)	3.987
Adiçoes	-	34.790	-	-	-	-	34.790
Transações com acionistas	-	-	(3.050)	-	-	-	(3.050)
Dividendos recebidos	(1.237)	(26.916)	(50.999)	-	-	(1.420)	(80.572)
Saldo em 31/12/2017 (reapresentado)	122.198	293.152	60.396	(12)	(653)	-	475.746
Aumento de capital	-	-	16.433	22	829	-	17.284
Resgate de ações	-	-	(1.213)	-	-	-	(1.213)
Resultado de equivalência patrimonial	26.752	44.147	25.778	-	(155)	-	96.522
Dividendos recebidos	(7.020)	(8.259)	(13.251)	-	-	-	(28.530)
Saldo em 31/12/2018	142.595	329.040	88.143	10	21	-	559.809

14. IMOBILIZADO

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	4%	10%	6%	(*)	20%	-	10%	5%	
Custo corrigido										
Saldos em 1 de janeiro de 2017	5.411	283.012	1.776	685.484	96.584	1.463	16.191	184	3.162	1.093.267
Adições	-	503	44	2.707	22	229	1.015	58	393	4.971
Baixa	-	(1)	-	(2.346)	-	-	(1.259)	(73)	-	(3.679)
Transferências	-	414	33	1.151	528	238	(974)	7	(1.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.411	283.928	1.853	686.996	97.134	1.930	14.973	176	1.791	1.094.559
Adições	-	422	12	1.592	-	82	1.688	-	34	3.830
Baixa	-	(23)	(20)	(135)	-	(8)	(1.122)	(35)	-	(1.343)
Transferências	-	39	81	1.551	98	87	(1.857)	-	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.411	284.366	1.926	690.004	97.232	2.091	13.682	141	1.826	1.097.046
Depreciação acumulada										
Saldos em 1 de janeiro de 2017	(370)	(49.642)	(545)	(146.306)	(27.065)	(532)	-	(83)	(164)	(225.074)
Adições	(58)	(7.603)	(152)	(30.753)	(4.270)	(208)	-	(17)	(89)	(43.150)
Baixa	-	-	(135)	-	-	(90)	225	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(428)	(57.245)	(832)	(177.059)	(31.335)	(830)	225	(100)	(253)	(268.224)
Adições	(57)	(7.629)	(162)	(31.132)	(4.245)	(246)	-	(18)	(91)	(43.580)
Baixa	-	-	49	44	-	-	-	35	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(485)	(64.874)	(945)	(208.147)	(35.580)	(1.076)	225	(83)	(344)	(311.676)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2018	4.926	219.492	981	481.857	61.652	1.015	13.907	58	1.482	785.370
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2017	4.983	226.683	1.021	509.937	65.799	1.100	15.198	76	1.538	826.335
Saldos líquidos 1 de janeiro de 2017	5.041	233.370	1.231	539.178	69.519	931	16.191	101	2.998	868.193

(*) As controladas AGL e ARE adotam o prazo remanescente de autorização para produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como a vida útil econômica dos bens de geração e transmissão de energia, quando este é menor, haja vista que não havendo prorrogação das autorizações, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. As controladas Candeias e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12 por entender que as mesmas refletem adequadamente a vida útil econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2018. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

As controladas ALI e ARE possuem edificações, obras civis e benfeitoria, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R$78.199 e R$68.999 respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (2017, R$83.646 e R$73.471), líquidos de depreciação.

A controlada CEC possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R$523.860 em 31 de dezembro de 2018 (R$550.162 em 31 de dezembro de 2017), líquidos de depreciação.

A controlada CEP possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R$103.937 em 31 de dezembro de 2018 (R$108.317 em 2017), líquidos de depreciação.

15. INTANGÍVEL

		31/12/2018			31/12/2017	01/01/2017
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Consolidado						
Direito de uso de software	20%	2.152	(1.465)	687	654	248
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.023)	774	902	1.030
Direitos de outorga	4,8%	2.547	-	2.547	2.743	2.939
Ágio		7.055	-	7.055	7.055	7.055
Total		13.551	(2.488)	11.063	11.354	11.272

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da controlada ARE e direito de outorga correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE – Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

Na controlada CEC os gastos com direito de uso de software são amortizados a taxa de 20% a.a., enquanto que o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizados de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

Ágio

Em 16 de agosto de 2013, a controlada CEP Participações S.A., comprou 20% da Companhia Energética Potiguar, onde foi apurado um ágio no valor justo de R$7.055, cujo fundamento é a rentabilidade futura ("goodwill") da adquirida conforme laudo emitido por empresa independente.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.272
Adições	379
Amortização	(297)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.354
Adições	163
Amortização	(454)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.063

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Abdelhafid Mokdad	-	-	66	176	-
Amazonia Transportes	-	-	299	315	-
CGTI Centro de Gestão e Tecnologia	-	-	90	159	-
Companhia Energética do Rio Grande	-	-	589	-	-
Convênio BR - Santander	-	-	-	-	4.178
Cummins Vendas e Serviços	-	-	180	-	-
Diesel Expert Quebec	-	-	-	239	-
Engenharia São Patrício	-	-	76	71	-
Fator Seguradora S.A.	-	-	-	335	-
Global Engenharia Ltda.	-	-	-	-	846
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	-	-	568	258	171
Instituto Avançado de Tecnologia	-	-	190	413	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	-	-	629	1.402
Kompressorenbau Bannewitz	-	-	-	396	-
MRE - Mecanismo de Regulação Energética	-	-	-	1.629	-
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	-	823	208	-
Petrobrás Distribuidora S.A.	-	-	59.659	19.927	1.466
Raizen Combustíveis S.A.	-	-	-	563	-
Sompo Seguros S.A.	-	-	456	-	-
Sotreq S.A.	-	-	174	-	-
Transcopel Transportes e Comércio	-	-	-	-	1.403
Total Lubrificantes do Brasil Ltda	-	-	479	-	-
Venable LLP	-	-	-	14	5.930
Wartsila (Brasil e Filandia)	153	-	3.242	2.020	10.509
Outros fornecedores	-	272	7.202	19.760	13.033
Total	153	-	74.093	47.112	38.938
Circulante	153	272	74.038	47.112	38.938
Não circulante	-	-	55	-	-
Total	153	272	74.093	47.112	38.938

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	31/12/2018		31/12/2017		01/01/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta corrente						
Companhia Energética Candeias (a)	-	197	-	197	-	181
Numa Participações Ltda. (b)	8.020	-	8.020	-	8.020	-
Commandery Participações S.A. (a)	-	-	-	-	2	-
São Francisco Energia S.A. (a)	-	-	-	-	4	-
Jones Aranha de Sá (a)	-	-	-	2.528	-	1.641
Total	8.020	197	8.020	2.725	8.026	1.822
Adiantamento para futuro aumento de capital						
São Franscisco Energia S.A	1	-	22	-	-	-
Camaçari RJ Participações S.A.	43	-	829	-	-	-
Companhia Energética Potiguar	-	-	16.433	-	-	-
Jones Aranha de Sá	-	1.604	-	-	-	-
Total	44	1.604	17.284	-	-	-
Circulante	-	197	-	197	2	181
Não Circulante	8.064	1.604	25.304	2.528	8.024	1.641
Total	8.064	1.801	25.304	2.725	8.026	1.822

(a) Os valores registrados como conta-corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.

(b) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.

	Consolidado								
	31/12/2018			31/12/2017			01/01/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mútuo									
RPE - Produtora de Energia Eletrica (b)	32.079	-	2.467	32.507	-	188	33.506	-	2.248
BR - Petrobrás Distrubuidora	-	-	(104)	-	1.739	(609)	-	3.729	(716)
Jones Aranha de Sá (c)	-	13.367	(1.591)	-	21.694	(932)	-	27.352	(4.479)
Djalma Nunes Fernandes (c)	-	13.367	(1.174)	-	12.213	(903)	-	10.786	(1.605)
Conta corrente									
Numa Participações Ltda (e)	8.020	-	-	8.020	-	-	8.020	-	-
Global Engenharia Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Commandery Participações (a)	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Total	40.099	26.734	(402)	40.527	35.646	(2.256)	41.533	41.867	(4.551)
Circulante	-	-		3	-		7	-	
Não Circulante	40.099	26.734		40.528	35.646		41.526	41.867	
Total	40.099	26.734		40.531	35.646		41.533	41.867	
Adiantamento para futuro aumento de capital									
Jones Aranha de Sá	-	1.604	-	-	2.061	-	-	-	-
Total	-	1.604	-	-	2.061	-	-	-	-
Fornecimento de serviços									
Global Engenharia Ltda. (d)	-	4.509	(50.028)	3	744	(34.361)	7	846	(41.850)
Total	-	4.509	(50.028)	3	744	(34.361)	7	846	(41.850)

(a) Os valores registrados como conta-corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.

(b) Os valores registrados no ativo não circulante foram aportados, pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. nas controladas indiretas, PCHs de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs - Água Limpa e Areia, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato. Enquanto que os registrados no passivo não circulante referem-se a recursos aportados diretamente pela RPE nas controladas indiretas, PCHs.

(c) Relativo a saldo da controlada CEP junto aos acionistas Djalma Fernandes e Jones Sá para compra de 20% da Companhia Energética Potiguar. No caso do acionista Jones Sá, há ainda montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.

(d) Refere-se a contrato de operação e manutenção (O&M) das usinas da CEP e CEC.

(e) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			Consolidado					
	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Banco do Brasil (a)	set/17	CDI + 2,1% a.a.	-	-	-	-	-	6.543
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	(57)
Subtotal			-	-	-	-	-	6.486
Banco Santander S.A. (b)	45 dias	2,53% a.a.	-	-	-	-	-	24.210
Subtotal			-	-	-	-	-	24.210
Banco ABC Brasil S.A. (k)	mai/17	CDI + 3,62% a.a.	-	-	-	-	-	5.636
(-) Custo de transação			-	-	-	-	-	(25)
Subtotal			-	-	-	-	-	5.611
Banco Safra - C. Garantida (l)	jan/17	CDI + 5,87%a.a.	-	-	-	-	-	1.140
Subtotal			-	-	-	-	-	1.140
Infrabrasil (m)	jun/21	IGPM + 12,7%	-	-	-	-	-	86.403
Subtotal			-	-	-	-	-	86.403
Caixa Econômica Federal (g)	jun/30	TJLP + 3,7% a.a.	78	4.539	47.256	51.873	71.145	99.209
(-) Custos de transação			-	(7)	(62)	(69)	(90)	(119)
Subtotal			78	4.532	47.194	51.804	71.055	99.090
Banco da Amazônia S.A. (h)	mai/30	10% a.a.	212	2.468	25.916	28.596	31.094	33.578
(-) Custos de transação			-	(91)	(954)	(1.045)	(1.136)	(1.231)
FNO - Sustentavel (j)	nov/25	8,5% a.a.	12	1.013	5.996	7.021	12.809	17.402
FNO - Conversao do Gas (j)	nov/25	2,94% a.a.	68	-	12.208	12.276	25.751	28.621
Debentures - FDA (i)	jul/27	TJLP + 1,65%	671	9.819	78.552	89.042	92.689	95.255
Subtotal			963	13.209	121.718	135.890	161.207	173.625
Banco Itaú - debêntures (p)	mai/19	CDI+2,05%a.a.	12	9.818	-	9.830	33.162	56.603
(-) Custos de transação			-	(142)	-	(142)	(430)	(716)
Subtotal			12	9.676	-	9.688	32.732	55.887
Banco do Nordeste - Financiamento (e)	jun/25	10%a.a.	1.679	33.212	177.832	212.723	245.998	272.114
(-) Custos de transação			-	(1.654)	(8.496)	(10.150)	(11.782)	(10.630)
Subtotal			1.679	31.558	169.336	202.573	234.216	261.484
Sudene (f)	dez/31	TJLP + 1%a.a.	1.557	3.168	56.830	61.555	62.061	62.013
Subtotal			1.557	3.168	56.830	61.555	62.061	62.013
Banco Itaú - financiamentos (c)	out/19	CDI + 3,45%a.a.	275	16.023	-	16.298	32.646	50.363
(-) Custos de Transação			-	(423)	-	(423)	(939)	(1.011)
Subtotal			275	15.600	-	15.875	31.707	49.352
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (n)	abr/20	CDI + 2,70 %a.a.	114	20.092	6.748	26.954	47.157	-
(-) Custos de Transação			-	(364)	(103)	(467)	(831)	-
Subtotal			114	19.728	6.645	26.487	46.326	-
Banco BBM (d)	mar/19	CDI + 2,45% a.a.	18	5.047	-	5.065	35.058	11.078
(-) Custos de transação			-	(21)	-	(21)	(491)	(61)
Subtotal			18	5.026	-	5.044	34.567	11.017
Banco BBM - Debêntures (o)	set/19	CDI + 2,60% a.a.	20	14.980	-	15.000	-	-
(-) Custos de transação			-	(218)	-	(218)	-	-
Subtotal			20	14.762	-	14.782	-	-
Total			4.716	117.259	401.723	523.698	673.871	836.318
Circulante			4.716	117.259	-	121.975	150.027	174.210
Não circulante			-	-	401.723	401.723	523.844	662.108
Total			4.716	117.259	401.723	523.698	673.871	836.318

(a) Portabilidade realizada do Banco Santander para o Banco do Brasil em um montante de R$24.643. O contrato foi assinado em 13 de outubro de 2014. Originalmente o contrato com o Santander teve o objetivo de viabilizar a construção das PCHs.

(b) Na CEC, A Companhia possuía contratos diversos com o Banco Santander (Brasil) S.A. com a finalidade de antecipação de pagamentos à Petrobras Distribuidora S.A. Tais contratos possuíam vencimento médio de 45 dias, os quais eram tratados como financiamento.

(c) Em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019. O empréstimo foi renegociado em 27 de julho de 2017 em virtude da incorporação da Candeias Energia pela Companhia Energética Candeias no montante de R$36.056 e encargos correspondentes a 3,45% ao ano mais CDI mantendo-se a forma de pagamento trimestral e com vencimento em 25 de outubro de 2019.

(d) Na CEP Contratos assinados em 28 de julho de 2016, com liberações de R$12.600, para capital de giro de curto prazo, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 5,78% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 11 de agosto de 2016 e finalizando-se em 11 de janeiro de 2018. O empréstimo foi quitado pela Companhia em 2017.

Duas Cédulas de Crédito Bancário assinadas em 25/08/2018 com data de vencimento em 12/03/2019 nos montantes de R$7 e 4 milhões, tem incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 2,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM. Em 04/09/2018, foram aditadas e tiveram seu spread reduzido para 2,45% ao ano.

(e) Na CEP, o contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023.

Na CEC, em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.

(f) Na CEC, em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento em 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1% ao ano.

(g) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas ALI e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R$45.000 (ALI) e R$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.

(h) Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas ALI e ARE, no montante de R$29.460 (ALI) e R$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.

(i) Na CEM, em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, através de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da TJLP – taxa de juros a longo prazo), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.

(j) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia - BASA, nos montantes de R$39.599, R$44.214 e R$10.133 respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e compra de máquinas para a usina termoelétrica e os demais para viabilizar a conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 10%, 10% e 2,94% ao ano, mais bônus de adimplência de 15% com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente. O financiamento de R$39.599 foi quitado em 22/02/2018 e o de R$44.214 teve amortização extraordinária de R$12.600 do saldo no ano de 2018.

(k) Contrato assinado em 6 de maio de 2015, no valor de R$20.000, para capital de giro, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 3,62% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 1º de dezembro de 2015 e finalizar-se-ão em 2 de maio de 2017.

(l) Na CEP, Contrato de conta garantida com limite de crédito no valor de R$5.000, para capital de giro de curto prazo. Os encargos financeiros incidentes equivalem a 100% da variação do CDI acrescidos de juros de 6,06% ao ano pagos mensalmente, caso venha a resgatar algum recurso, a partir de 27 de outubro de 2016 e finalizando-se em 25 de janeiro de 2017.

(m) Na CEC, em 22 de junho de 2009, foi realizada a 1a Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série da espécie, no valor de R$70.000 e, em 23 de dezembro de 2009, foi realizada a 2a Emissão privada de debêntures no valor de R$20.000, com as mesmas características da emissão anterior, sendo que ambas foram integralmente subscritas pelo INFRABRASIL - Fundo de Investimento em Participações.

(n) Na CEC, refere-se a 5.028 debêntures, emitidas na 3ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. em 12 de abril de 2017 no valor de R$50.280, com vencimento em 12 de abril de 2020, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 3,5% ao ano. Em 28 de setembro de 2018 foi realizado o 3º aditamento reduzindo o valor do spread para 2,70% ao ano.

(o) Contrato da 1ª emissão da 1ª série de debêntures assinado em 15 de dezembro de 2016, com liberações de R$40.000 em 20 de janeiro de 2017, sob regime de garantia firme e R$15.000 sob o regime de melhores esforços de colocação, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 4,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 22 de outubro de 2017, finalizando-se em 22 de setembro de 2019. Foi realizado o 1º aditamento em 22 de junho de 2017, reduzindo o valor da emissão para R$40.000 sob regime de garantia firme. Mantendo-se as demais condições. Em 18/07/2018, realizou-se o 2º aditamento em que foi reduzido o spread para 2,60% ao ano.

(p) Refere-se a 10.500 debêntures da CEC, emitidas na 2ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R$105.000, com vencimento em 23 de maio de 2019, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,05% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2017	174.210	662.108	836.318
Captações	52.765	73.571	126.336
Custo de captação	-	(1.461)	(1.461)
Juros e variações monetárias provisionados	73.522	-	73.522
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(57.017)	-	(57.017)
Amortização dos custos de captação	2.167	-	2.167
Transferências	97.751	(97.751)	-
Pagamentos	(193.371)	(112.623)	(305.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	150.027	523.844	673.871
Juros e variações monetárias provisionadas	51.148	-	51.148
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(38.045)	-	(38.045)
Amortização dos custos de captação	3.350	-	3.350
Custo de capitação adicionado	(183)	-	(183)
Transferências	122.121	(122.121)	-
Captação de financiamentos	16.000	-	16.000
Pagamentos	(182.443)	-	(182.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	121.975	401.723	523.698

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
2019	-	109.431	166.178
2020	59.963	62.535	84.856
2021	54.520	58.176	57.911
2022	54.736	59.230	201.660
2023 em diante	232.504	234.472	151.503
Total	401.723	523.844	662.108

Debêntures

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – "covenants"

As debêntures de emissão da Companhia estão garantidas por: (a) Alienação Fiduciária de 35.448.602 (88,99 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (b) Alienação Fiduciária de 3.983.000 (10 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pelo Sr. Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho; (c) Alienação Fiduciária de 398.300 (1%) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pela Djalma Nunes Fernandes Júnior; (d) Alienação Fiduciária de 100 (0,01 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas por Jones Aranha de Sá; (e) Cessão Fiduciária de recursos da Candeias Participações S.A. em conta aberta e mantida no Banco Santander; (f) Penhor em 2º grau de 139.830.000 (100%) ações ordinárias da Candeias Energia S.A. detida pela Candeias Participações S.A.; (g) Penhor em 2º grau dos Direitos Emergentes das Autorizações da Candeias Energia; (h) Penhor em 2º grau das Máquinas e Equipamentos da Candeias Energia; (i) Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios (86,1% dos recebíveis da Candeias Energia); (j) Hipoteca e 3º grau do terreno e suas Benfeitorias.

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois "covenants" financeiros, que devem ser cumpridos pela Controlada indireta:

Cláusula restritiva - "covenants"	Índice requerido
Alavancagem financeira	máximo de 0,78x
Cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,1x

Em 31 de dezembro de 2018, os "covenants" foram atendidos.

Empréstimos e financiamentos

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – "covenants"

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado na Água Limpa Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interveniente – Companhia Energética Manauara; e (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R$3.905.

Foi firmado na Areia Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 27.967.968 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 11.986.272 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R$23.912; (vi) Hipoteca do Terreno de 121,348 hectares e suas Benfeitorias; (vii) Interveniente – Cia. Energética Manauara; e (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R$2.855.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido
Cobertura do serviço da dívida (*)	Maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio líquido/Passivo total (*)	Maior ou igual a 23%
Capital social/Investimento total (*)	Maior ou igual a 23%
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	Três vezes o serviço da dívida 10% do faturamento dos seis primeiros meses
Depósito bancário vinculado ao contratos BASA	1/6 do valor correspondente ao maior serviço da dívida

(*) Caixa Econômica Federal.

(**) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

Tipo do financiamento	Garantias
FNO 1	(a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina e linha de transmissão); (b) extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; e (c) penhor cedular: 1 - dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2 - dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre a AME e a Companhia; 3 - dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a Companhia; 4 - de ações do capital social da Companhia; e 5 - de ações ordinárias nominativas do capital da Companhia.
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a AME e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido	Instituição
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FNO	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FNO	BASA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

Companhia Energética Candeias

Banco Itaú - Debêntures	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú - Financiamento	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú BBA S.A. - financiamentos	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco do Nordeste - BNB Financiamento	1 – Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; 2 – Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios de 86,1% dos Recebíveis da Candeias Energia. 3 – Penhor de 139.819.997 (99,87%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações. 4 – Penhor de 180.003 (0,13%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Global Participações. 5 – Penhor das Máquinas e Equipamentos no valor de R$245.113.458,74. 6 – Hipoteca em 1º grau do Terreno no valor de R$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R$174.475.927,02. 7 – Interveniente Fiador Commandery Participações S.A. 8 – Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R$31.940.692,81.
Sudene - longo prazo	1 – Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios 13,9% dos Recebíveis da Candeias Energia. 2 – Interveniente Fiador Global Participações em Energia. 3 – Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R$61.728.156,76. 4 – Hipoteca em 2º grau do Terreno no valor de R$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R$174.475.927,02. 5 – Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R$1.600.000,00.

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois "covenants" financeiros:

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido
Cobertura do serviço da dívida	Maior ou igual a 3,5x
Cálculo do endividamento	Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu todos os "covenant".

Companhia Energética Potiguar

Os contratos de financiamentos firmados pela Companhia estão garantidos por: (i) Penhor dos direitos emergentes das autorizações, (ii) Cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis), (iii) Penhor de 599 (63,75%) ações ordinárias da CEP detidas pela Global Participações em Energia S.A., (iv) Autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios, (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, (vi) Hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizado a termoelétrica, (vii) Fundo de liquidez em conta reserva, e (viii) Aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R$6.365

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
IRPJ - Imposto de Renda	-	-	-	1.433	418	1.596
CSLL - Contribuição Social	222	-	-	3.579	1.804	3.158
INSS serviços de terceiros	-	-	-	486	1.379	364
PIS	83	-	-	698	655	279
COFINS	380	-	-	3.604	3.001	1.310
IRRF serviços de terceiros	2	-	-	441	23	-
PIS/COFINS/CSLL retidos	7	-	-	324	254	104
ICMS e DIFAL	-	-	-	3.218	2.911	2.939
Parcelamentos tributários	10	-	-	1.294	4.288	6.509
Outros tributos a recolher	-	14	40	111	1.180	1.948
Total	704	14	40	15.188	15.913	18.207
Circulante	704	14	18	15.188	14.333	13.178
Não circulante	-	-	22	-	1.580	5.029
Total	704	14	40	15.188	15.913	18.207

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

A controlada CEP, possui um saldo de R$405, que refere-se a uma provisão de um processo administrativo junto à Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

CEP

Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia é autora da ação, há duas causas com probabilidades de êxito possíveis, movidas contra o fornecedor Caterpillar Inc., com valor de causa estimado em R$65.000, referente à reparação de danos causados por motogeradores comprados pela Companhia, e contra o Conselho Nacional de Política Energética, com valor de causa estimado em R$12.000, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão, as quais não estão registradas nas demonstrações financeiras.

CEC

Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R$2.870.

TEP

As principais demandas judiciais são as seguintes:

a) As controladas ARE e ALI são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada as PCHs. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações das PCHs. Contudo, a controlada já possui a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2018, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R$265 (2017, R$265). Os assessores jurídicos da controlada consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração das controladas, não constituiu nenhuma provisão para fazer face à eventuais perdas.

b) Em 23 de abril de 2013, a ARE deu início a um procedimento ordinário, cujo objetivo consiste na declaração da ilegalidade do artigo 3º da Resolução Normativa nº 492/12, expedida pela ANEEL, que alterou a data planejada da operação comercial da PCH Areia no PROINFA, de 25 de fevereiro de 2011, data do último aditivo contratual, para 30 de dezembro de 2006, data constante no contrato original, reduzindo o prazo contratual de venda de energia elétrica em aproximadamente cinco anos.

c) Em 31 de dezembro de 2018, a CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R$212.528 (R$210.000, em 2017 e 2016) e está representado por 22.898.123 ações ordinárias (22.776.764, em 2017 e 2016), sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

	2018	
Acionista	Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	95,64
Jones Aranha de Sá	998.396	4,36
Total	22.898.123	100

Acionista	2017 e 2016 Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	96,15
Jones Aranha de Sá	877.037	3,85
Total	22.776.764	100

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 14 de maio de 2018, o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$2.528.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R$4.662 em 31 de dezembro de 2017 (R$5.726 em 31 de dezembro de 2017).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou a conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R$66.434 (R$73.833 em 31 de dezembro de 2017) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R$142.251 mil. A destinação desse excesso, seja por integralização de capital social ou por distribuição de dividendos adicionais, será deliberada pela assembleia geral de acionistas.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	2018	2017 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	93.241	114.512
Quantidade de ação por lote de mil	22.838	22.777
Lucro líquido por lote de mil ações - R$	4,083	5,028

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	2018	2017 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	93.241	114.512
Reserva legal	(4.662)	(5.726)
Base para dividendos	88.579	108.786
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.145	27.197

Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei nº 6.404/76, a Companhia possui reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R$64.449 em função da ausência de caixa para pagamento de dividendos.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R$35.294 (R$19.490, em 2017), sendo de R$49.986 (R$18.180, em 2017) no Consolidado. Tão logo a situação financeira da Companhia e de suas controladas permita, os dividendos serão amortizados.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2018 está apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2017	966	3.138
Dividendos propostos	27.197	44.274
Dividendos pagos	(8.673)	(29.232)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.490	18.180
Dividendos propostos	22.145	53.473
Dividendos pagos	(6.341)	(22.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.294	48.986

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.025	109.133	149.069	114.692
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(32.309)	(37.105)	(50.683)	(38.995)
Diferenças temporárias e permanentes				
Adiçoes	(1.919)	(8.382)	(5.556)	(1.542)
Exclusões	33.029	47.362	12.945	6.231
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	-	-	(3.520)	(5.167)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	360	-	8.592	6.271
Despesas não dedutíveis	24	(1.875)	2.775	4.580
Impostos correntes sobre lucro real	(815)	-	(35.447)	(28.622)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(1.902)	(2.058)
Imposto de renda e contribuição social	(815)	-	(37.349)	(30.680)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	5.379	25.173	18.564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(969)	-	(4.832)	46.315
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.784)	5.379	(17.008)	34.199

Na controladora em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para sua controlada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), foi reconhecido em 2017 imposto sobre diferido no resultado referente tal operação, no montante de R$5.379. Em 2018, com a consolidação da dívida junto a Receita Federal, por parte da CEP, verificou-se a necessidade de estornar parte da compra dos créditos no montante de R$ 969, com a consequente redução do pagamento das parcelas que ainda estão a vencer.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2018	2017
		(reapresentado)
Receita de venda de energia	712.964	879.931
Deduções de venda		
PIS	(11.041)	(14.623)
COFINS	(51.189)	(67.364)
ICMS	(35.478)	(33.742)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(6.072)	(7.417)
Total	609.184	756.785

24. CUSTOS EDESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(reapresentado)		(reapresentado)
Custos e despesas com pessoal e administradores	(2)	-	(17.278)	(18.382)
Depreciação e amortização	-	-	(44.034)	(43.447)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(24.311)	(23.424)
Custos com manutenção e operação	-	-	(343.350)	(451.257)
Arrendamentos e aluguéis	(136)	-	(1.425)	(1.127)
Custos e despesas com seguros	(20)	-	(2.503)	(3.393)
Despesas com viagens e comunicações	(304)	(181)	(1.619)	(1.076)
Serviços de terceiros	(14)	(52)	(4.346)	(19.552)
Assessoria e consultoria	(379)	-	(10.028)	(17.328)
Tributos	(18)	(24)	(1.406)	(11.432)
Resultado de equivalência patrimonial	96.522	114.650	-	-
Outras despesas (receitas)	(203)	(5.261)	(100)	(7.021)
Total	95.446	109.132	(450.400)	(597.439)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(414.124)	(536.816)
Resultado de equivalência patrimonial	96.522	114.650	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.076)	(629)	(31.892)	(54.418)
Honorários dos Administradores	-	-	(5.044)	(4.838)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	(4.889)	660	(1.367)
Total	95.446	109.132	(450.400)	(597.439)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras		(reapresentado)		(reapresentado)
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	4.619	7.560
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	-	2.467	188
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-	(2.441)	(1.942)
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	-	-	23.374	24.615
Atualização monetária de arrendamento mercantil(a)	-	-	649	-
Outras receitas financeiras, líquidas (b)	56	28	20.177	11.791
Subtotal	56	28	48.845	42.212
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(51.148)	(73.522)
Amortização de custo de captação	-	-	(3.350)	(2.167)
Juros sobre contrato de mútuo	-	-	(2.869)	(2.444)
Outras despesas financeiras, líquidas	(477)	(27)	(1.205)	(8.290)
Subtotal	(477)	(27)	(58.572)	(86.423)
Variações cambiais líquidas	-	-	12	(443)
Total	(421)	1	(9.715)	(44.654)

(a) Refere-se à atualização do contas a receber pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato. Ver nota explicativa nº 10.

(b) Valor referente à atualização monetária sobre o recebimento do processo judicial contra AME no montante de R$7.055, além do processo descrito na nota explicativa nº 6.

26. SEGUROS

As controladas indiretas AGL, ARE e CEM, e a controlada direta CEP e CEC possuem programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	Seguros							
	GPE	TEP	AGL	ARE	CEM	CEC	CEP	Vencimento
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia			105.935	94.118	260.000	151.077	121.174	2020
Lucros cessantes	-	-	29.131	21.759	40.000	-	-	2020
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	15.000	15.000	15.000	15.000	20.500	15.000	15.000	2019/2020

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por uma pessoa jurídica e uma pessoa física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em

consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundo das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuem a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com de o objetivo obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) – o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia – as controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível – a controlada CEM gera energia por meio de UTE, numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria em redução de receita e aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, classificado como custo amortizado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora					
Ativos financeiros	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	-	-	3
Outras contas a receber	714	708	708	708	3.429	6.267
Total	717	708	708	708	3.429	6.270
Passivos financeiros	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Dividendos à pagar	35.294	-	-	-	-	35.294
Obrigações tributárias	704	-	-	-	-	704
Total	35.998	-	-	-	-	35.998

	Consolidado					
Ativos financeiros	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	17.324	-	-	-	-	17.324
Depósito bancarios vinculados	13.558	-	-	-	46.805	60.363
Contas a receber de clientes	148.967	-	-	-	-	148.967
Arrendamento mercantil a receber	51.082	53.294	55.436	57.677	67.349	284.838
Outras contas a receber	18.132	1.936	821	-	-	20.889
Total	249.063	55.230	56.257	57.677	114.154	532.381
Passivos financeiros	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Fornecedores	74.038	-	-	-	55	74.093
Empréstimos e financiamentos	121.975	53.853	50.220	50.220	247.430	523.698
Dividendos à pagar	48.987	-	-	-	-	48.987
Obrigações trabalhistas e sociais	3.258	-	-	-	-	3.258
Obrigações tributárias	15.188	-	-	-	-	15.188
Outras contas a pagar	12.136	5.339	-	-	16.413	33.888
Total	275.582	59.192	50.220	50.220	263.898	699.112

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, depósitos bancários vinculados, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

		Consolidado						
		Cenário				Saldo		
Modalidade	Risco	Provável I	Possível II	Remoto III	Contábil	Provável I	Possível II	Remoto III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco da Amazônia S.A.	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(89.042)	(94.963)	(96.444)	(97.924)
Caixa Econômica Federal	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(51.873)	(55.323)	(56.185)	(57.047)
Contratos de mútuo	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(47.512)	(50.672)	(51.461)	(52.251)
Banco Itaú - debêntures	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(9.830)	(10.459)	(10.616)	(10.774)
Banco Itaú BBA S.A. - debêntu	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(26.954)	(28.679)	(29.110)	(29.542)
Banco Itaú BBA S.A. financiame	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(16.298)	(17.341)	(17.602)	(17.863)
SUDENE	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(61.555)	(65.648)	(66.672)	(67.695)
Banco BBM	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(5.065)	(5.389)	(5.470)	(5.551)
Banco BBM - Debêntures	Alta do CDI	6,4%	8,00%	9,60%	(15.000)	(15.960)	(16.200)	(16.440)
		Total empréstimos e financiamentos			(323.129)	(344.434)	(349.761)	(355.087)
Ativo - Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	404	430	423	417
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	32.079	34.132	33.619	33.106
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	96	102	101	99
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	423	450	443	437
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	195	207	204	201
Conta reserva BNB	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	6.521	6.938	6.834	6.730
Título de capitalização	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	400	426	419	413
Banco BBM	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	3.466	3.688	3.632	3.577
Banco do Nordeste do Brasil - E	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	1.402	1.492	1.469	1.447
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	6	6	6	6
		Total aplicações financeiras			44.993	47.872	47.151	46.434
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	4.542	4.833	4.760	4.688
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	12.537	13.339	13.139	12.938
Banco do Nordeste do Brasil - E	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	43.284	46.054	45.362	44.670
Banco Itaú	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	-	-	-	-
		Total depósitos bancários vinculados			60.363	64.226	63.261	62.296
Receita								
Receita de venda	Baixa do IGP-M	4,5%	3,38%	2,25%	621.258	649.215	642.225	635.236
Receita de venda	Baixa do IPCA	3,7%	2,78%	1,85%	91.706	95.099	94.251	93.403
				Total receita	712.964	744.314	736.476	728.639
				Total líquido	495.191	511.978	497.127	482.282
* Fonte: Banco Santander				Efeito no patrimônio líquido	-	16.787	1.936	(12.909)

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas indiretas Água Limpa e Areia Energia possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R$2.169 (Água Limpa) R$1.777 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R$474 (Água Limpa) e R$384 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R$1.224 (Água Limpa) e R$1.000 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2018.
- Assessoria e gestão no valor de R$471 (Água Limpa) e R$393 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada CEC possui contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R$88.219, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R$16.035, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R$39.562, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R$5.396, com vigência indeterminada.

- Serviços gerais de R$22.937, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R$4.289, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada CEP possui contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R$1.262, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R$589), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R$673), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2018 (Controladora)

- Devolução da venda de crédito dos impostos diferidos no montante de R$ 969.

Exercício de 2018 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R$2.272 (Água Limpa), R$1.756 (Areia), R$12.550 (CEM), R$38.250 (CEC) e R$9.090 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R$1.536 (CEM).
- Compensação de transações de partes relacionadas com dividendos no montante de R$4.075 (GPE).

Exercício de 2017

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R$2.342 (Água Limpa), R$4.905 (Areia), R$13.303 (CEM), R$47.356 (CEC) e R$5.969 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R$1.036 (CEM).
- Compensação de transações de partes relacionadas com AFAC no montante de R$18.494 (CEP).

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2019, a controlada (CEM) recebeu R$18.275, sendo R$857 referentes a honorários advocatícios sobre um processo, transitado em julgado, de cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT. Deste total, R$16.143 já haviam sido provisionados em 2018.

Em 31 de janeiro de 2019, a Licença de Operação Comercial das UTEs Global I e Global II da controlada CEC foi prorrogada por tempo indeterminado, por meio do Despacho nº 253/2019 da ANEEL.

Em 31 de janeiro de 2019, a Licença de Operação Comercial das UTEs Potiguar e Potiguar III da controlada CEP foi prorrogada por tempo indeterminado, por meio do Despacho nº 253/2019 da ANEEL.